

6.03.03 - Economia / Economia Monetária e Fiscal

## CONSIDERAÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA BRASILEIRA DE 2002 A 2010

José Ediglê Alcantara Moura<sup>1</sup>

Maria Jeanne Gonzaga de Paiva<sup>2</sup>

1. Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri- URCA e Bolsista de Iniciação Científica do CNPq. Discente do Grupo de Estudos em Negócios Urbanos e Rurais- GENUR. *E-mail:* genur@yahoo.com.br

2. Orientadora e Docente do Departamento de Economia da URCA e Docente Pesquisador Líder do Grupo de Estudos do CNPq GENUR. *E-mail:* jeanne.paiva@urca.br

### Resumo:

A dívida pública contém empréstimos contraídos pelo Estado com instituições financeiras públicas ou privados, no mercado financeiro interno ou externo, como também em organismos nacionais e internacionais, empresas, pessoas ou outros governos. O artigo tem como objetivo analisar a evolução da dívida pública brasileira no período de 2002 a 2010. A pesquisa é descritivo-explicativa com dados secundários do BCB utilizando variáveis como: evolução da dívida pública líquida, Dívida Interna e Dívida Externa como proporção do PIB na economia brasileira. Os resultados apontam que a inflexão no percurso da política fiscal não paralisou o processo de redução da dívida pública brasileira sobre o PIB, que teve início em 2003, especialmente da dívida externa, ao ponto de modificar a relação do Brasil com o setor externo de devedor para credor internacional. No entanto, a dívida pública interna, tornou-se crescente, impulsionando ao Brasil uma série de desafios à política fiscal brasileira.

**Palavras-chave:** Dívida Pública; Economia Brasileira; Política fiscal.

**Trabalho selecionado para a JNIC pela instituição:** URCA.

### Introdução:

Dentre os objetivos traçados pelo governo Lula (2003-2010), destaca-se o controle inflacionário mediante uma política fiscal que assumiu um aspecto de variável ou mola de ajuste na economia na tentativa de gerar *superávits* primários suficientes para estabilizar a relação dívida pública/Produto Interno Bruto-PIB. Diante disto, o governo Lula manteve a lógica da política econômica advinda do governo FHC mediante geração de

superávit primário, câmbio flutuante<sup>1</sup> e regime de metas de inflação (HERMANN, 2002; GIAMBIAGI, 2006).

A evolução da dívida pública é um problema de destaque na política fiscal brasileira, que tenta superar essas barreiras ao mesmo tempo em que objetiva a retomada do crescimento, sem colocar em risco a estabilidade das contas públicas.

O desempenho fiscal costuma ser analisado a partir da evolução da proporção dívida pública e Produto Interno Bruto- PIB. Se a dívida pública está crescendo em relação ao produto, isto indica que a economia está cada vez mais alocando recursos públicos para honrar pagamentos de serviços da dívida junto ao setor privado, impactando em um desequilíbrio do setor público em meio a significativos obstáculos à redução das taxas de juros domésticas à longo prazo.

Neste contexto, dada à dívida e as orientações macroeconômicas, a sustentabilidade da política fiscal está intrínseca à lógica de geração de superávits primários, significativos, o suficientes para cobrir parcela dos juros reais e manter a estabilidade dívida/PIB, sendo que essa função é sensível a variações das taxas de juros e do crescimento real da economia.

Diante do exposto, a pesquisa tem como objetivo analisar a evolução da dívida pública brasileira que compreende desde a herança deixada pelo governo FHC e todo o retrospecto do Governo Lula, com recorte temporal para o período de 2002 a 2010. Para tanto, este trabalho tem caráter

---

<sup>1</sup> O câmbio flutuante tinha como objetivo de ajustar as contas externas; enquanto as taxas de juros elevadas buscavam garantir o cumprimento das metas de inflação e um elevado superávit primário para solucionar consequências do endividamento público.

metodologicamente descritivo-explicativo com utilização de dados secundários, obtidos juntamente com o Banco Central do Brasil (BCB) para estudar variáveis pertinentes ao estudo macroeconômico.

### Metodologia:

A metodologia utilizada é de caráter preponderantemente descritivo-explicativo com abordagem acerca da crise fiscal e os impactos da dívida pública com enfoque no Governo Lula (2003-2010). Para alcance dos resultados são analisadas as variáveis: Dívida pública, Dívida externa e Dívida Interna como proporção do Produto Interno Bruto, pertencentes ao banco estatístico do Banco Central do Brasil (BCB). Os dados secundários dão suporte ao estudo, explicando de forma empírica os principais motivos e consequências das transformações na conjuntura macroeconômica do país no período analisado.

### Resultados e Discussão:

Um dos objetivos do Governo Lula era que o pagamento da dívida fosse realizado através da geração de superávits primários, receitas maiores que as despesas, sendo que nas despesas não estavam contida nos juros. O Governo utilizou essa medida, pois objetivava adquirir capacidade de realizar políticas fiscais de cunho ortodoxo para tornar viável a conjuntura macroeconômica de desenvolvimento (BEDRITICHUK, 2008).

O conjunto de medidas, utilizados no primeiro mandato do Governo Lula, no campo econômico, teve como resultado, além de manter a dívida pública estável, manter a confiança e apoio com o Fundo Monetário Internacional (FMI) além de propiciar dessa forma uma onda menor de desconfiança por parte dos investidores estrangeiros, sendo que a política fiscal cumpriu seu papel de fiador da política econômica (FERRARI FILHO, 2005).

Adentrando ao período do final do governo FHC e a trajetória do Governo Lula, observa-se no gráfico 01, a diminuição da relação dívida/PIB, indicando um melhor desempenho fiscal e sustentabilidade em nível de solvência da economia brasileira através da capacidade de honrar seus compromissos frente ao estoque de passivos.

Percebe-se um rígido processo de redução da dívida pública como proporção do PIB, ao longo do período analisado sendo que a política fiscal baseada na formação de superávits primários e a retomada do crescimento econômico são fatores decisivos para o alcance dos resultados. (GRÁFICO 01)

A redução da dívida pública é menor (dentre os anos em série) em 2009 diante dos

feitos negativos da crise do *subprimes* iniciada no último semestre de 2008 que submeteu ao governo adotar políticas econômicas anticíclicas para aquecer a economia brasileira, fazendo que o governo tome medidas de renúncia fiscal na intenção de estimular a produção e o consumo, que por outro lado proporcionou menores *superávits* primários por causa da menor arrecadação de tributos. (reflexo das políticas adotadas em tela na variação do PIB 2009-2010, gráfico 01).

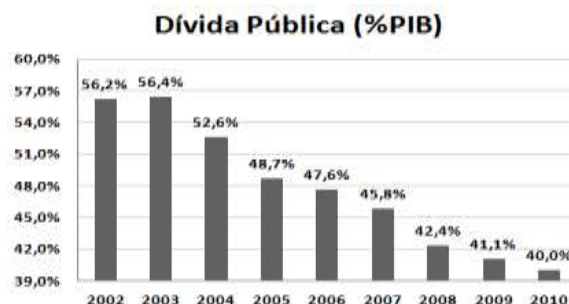


GRÁFICO 01: Evolução da Dívida Pública Brasileira de 2002 a 2010

Fonte: BACEN. Elaboração Própria.

Para o ano de 2002-2003 a dívida pública estava em patamares elevados, provavelmente pelos significativos abalos das finanças públicas provocados por ataques especulativos e crises cambiais no final do século XX que impactou em fortes desvalorizações do real. (GRÁFICO 01)

Os dados da tabela 01 revelam que apesar da dívida interna oscilar, a melhora significativa do saldo da dívida externa é determinante para o comportamento global da dívida pública. Nesse período destacam-se fatores como referido *superávit* primário, ajustes decorrentes da depreciação cambial, como também o crescimento do PIB valorizado.

TABELA 01: BRASIL- Dívida Externa e Interna do Setor Público de 2002 a 2010

Período	Dívida Interna (milhões)	PIB (%)	Dívida Externa (milhões)	PIB (%)
2002	654 312	42,0	186 458	14,6
2003	726 688	46,7	138 931	12,0
2004	818 062	44,3	138 931	7,5
2005	952 185	49,0	50 300	2,6
2006	1 130 902	47,6	-63 538	-2,7
2007	1 393 139	51,8	-242 782	-8,9
2008	1 488 794	50,1	-419 214	-14,1
2009	1 633 255	52,0	-287 930	-9,2
2010	1 827 234	54,1	-513 081	-15,0

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração Própria.

Ainda na tabela 01, pode-se observar que a partir de 2006, o Brasil na dívida externa passa a categoria de credor, ou seja, os ativos do setor público indexados ao câmbio superam

os passivos, sendo que em 2008 foi registrado maior participação da parcela credora *vinculada ao câmbio*.

Diante desse aspecto, as finanças do Governo Lula, diferenciaram em relação à de governos anteriores. A política fiscal, durante dois mandatos do Governo Lula, ora se comportou de forma contracionista, ora expansionista, de acordo com a necessidade de manter a economia estável (SALES, 2012; SILVA, 2007).

### Conclusões:

A crise fiscal existente na década de 1980 mostrou que o país precisava de uma reformulação no que tange à política fiscal, uma vez que o contexto estava mergulhado em um cenário de crise da dívida externa mediante problemas de financiamento e equilíbrio orçamentário no país.

Desta forma, a partir de um retrospecto da política fiscal, especialmente no Governo Lula (2003-2010) ocorreu geração de robustos *superávits* primários, que contribuíram para a redução significativa da dívida pública brasileira, com destaque para a dívida externa, melhorando consideravelmente o nível de solvência externa da economia brasileira.

Dessa forma, pode-se afirmar que a política fiscal foi fator preponderante na eficiência e melhoria das finanças públicas, pois a adoção de metas de *superávit* primário foi o condicionante para a melhor trajetória sustentável da dívida pública brasileira, com diminuição expressiva da dívida externa, que se caracteriza por ser uma das mais onerosas do governo, passando da posição de devedor internacional para credor, melhorando sem dúvida a economia brasileira no período analisado.

### Referências bibliográficas

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Boletim do Banco Central- Relatório Anual. 2002 a 2010. Ministério da Fazenda.

BEDRITICHUK, R.R. *A dívida pública e a coordenação das políticas fiscal e monetária do governo Lula*. Brasília: Departamento de Economia- UNB, 2008 (Monografia de Graduação).

Disponível em: [www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2013/.../FAQ-Auditoria-Cidadã.pdf](http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2013/.../FAQ-Auditoria-Cidadã.pdf). Acesso em 21 de março de 2017

FERRARI FILHO, Fernando. A ortodoxia econômica do Governo Lula e a busca da esperança perdida a partir de um proposição de política econômica alternativa. *Indicadores*

*Econômicos, FEE*, vol. 33. n 1, Porto Alegre: UFRGS, 2005

GIAMBIAGI, F. *A política fiscal do governo Lula em perspectiva histórica: qual é o limite para o aumento do gasto público?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006. (Texto para Discussão n. 1169).

HERMANN, J. A Macroeconomia da Dívida Pública: notas sobre o debate atual e a experiência brasileira recente (1999-2002). *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, v.4, p. 41-70, 2002.

SALES, T. H. *Vulnerabilidade externa ao longo dos governos Cardoso e Lula*. Rio de Janeiro: UFRJ/IE?NEI, 2012 (Dissertação de Mestrado).

SILVA, C. M. Imperialismo e dívida externa nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula. *Ponto e vírgula*, v. 2, p. 198-209, 2007.